

## **Centrais Elétricas Itaparica S.A.**

Demonstrações financeiras  
referentes ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2017 e  
Relatório do Auditor Independente

## ÍNDICE

---

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	3
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	6
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6
3. IMOBILIZADO .....	11
4. FORNECEDORES.....	11
5. FINANCIAMENTOS .....	11
6. PARTES RELACIONADAS.....	12
7. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	13
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	13
9. DESPESAS .....	14
10. RESULTADO FINANCEIRO .....	14
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	14
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	15
13. COBERTURA DE SEGUROS.....	17
14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	17
15. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	17

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Centrais Eólicas Itaparica S.A.**  
Caetité – BA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Itaparica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Centrais Eólicas Itaparica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que, em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 20.985 mil e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 50.636 mil. Além disso, a Companhia depende da obtenção de recursos para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos, bem como para liquidar suas obrigações de curto prazo. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificações de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Itaparica S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas, por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de maio de 2017, com opinião sem modificação e contendo a mesma ênfase referente a incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia.

### *Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior*

As demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Itaparica S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

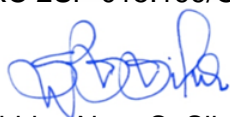
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de outubro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

CENTRAIS ELÉTRICAS ITAPARICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa		11	4	Fornecedores	4	14.766	44.068
Tributos a recuperar		151	151	Financiamentos	5	2.067	2.020
Despesas antecipadas		303	3	Tributos a recolher		215	244
Total dos ativos circulantes		<u>465</u>	<u>158</u>	Outras contas a pagar	7	4.320	-
				Partes relacionadas	6	82	558
				Total dos passivos circulantes		<u>21.450</u>	<u>46.890</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	3	69.336	106.377	Fornecedores	4	1.558	1.242
Total dos ativos não circulantes		<u>69.336</u>	<u>106.377</u>	Financiamentos	5	9.949	11.970
				Partes relacionadas	6	4.224	21.534
				Total dos passivos não circulantes		<u>15.731</u>	<u>34.746</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
				Capital social		83.256	51
				Prejuízos acumulados		(50.636)	(2.800)
				Recursos para futuro aumento de capital		-	27.648
				Total do patrimônio líquido		<u>32.620</u>	<u>24.899</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>69.801</u>	<u>106.535</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>69.801</u>	<u>106.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>DESPESAS</b>			
Gerais e administrativas		(5.470)	(194)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		(37.464)	-
Outras despesas		<u>(57)</u>	<u>(1)</u>
Total	9	<u>(42.991)</u>	<u>(195)</u>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>			
		<u>(42.991)</u>	<u>(195)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras		2.250	-
Despesas financeiras	10	<u>(7.095)</u>	<u>(2.180)</u>
Total		<u>(4.845)</u>	<u>(2.180)</u>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>			
		<u>(47.836)</u>	<u>(2.375)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em - R\$)	8.3	(7,05)	(46,57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS ITAPARICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(47.836)	(2.375)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(47.836)</u>	<u>(2.375)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		51	-	(425)	27.648	27.274
Prejuízo do exercício		-	-	(2.375)	-	(2.375)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>(2.800)</u>	<u>27.648</u>	<u>24.899</u>
Aumento de capital		79.192	(23.635)	-	-	55.557
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		27.648	-	-	(27.648)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(47.836)	-	(47.836)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8	<u>106.891</u>	<u>(23.635)</u>	<u>(50.636)</u>	<u>-</u>	<u>32.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(47.836)	(2.375)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Valor residual do ativo imobilizado baixado	3	237	-
Encargos sobre financiamentos	5.1,10	459	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	37.464	-
Apropriação dos custos sobre financiamentos	5.1	26	25
Juros sobre contas a pagar		2.401	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(300)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.427)	-
Tributos a recolher		(29)	(440)
Outras contas a pagar		4.320	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	5.1	(462)	(506)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(9.147)</u>	<u>(3.297)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	3,14	(3.152)	(16.750)
Pagamento de imobilizado adquirido em anos anteriores		(955)	(2.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(4.107)</u>	<u>(18.809)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	8	10.952	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.1	(1.997)	-
Partes relacionadas	6	4.306	22.092
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>13.261</u>	<u>22.092</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>7</u>	<u>(14)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	18
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		11	4
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>7</u>	<u>(14)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas Itaparica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) e faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III. A Companhia foi constituída em 30 de abril de 2010 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fontes eólica e solar fotovoltaica, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.

O contrato estabelece que o parque deveria entrar em operação comercial em 1 de outubro de 2014, contudo o mesmo está atrasado e com previsão de entrada em operação condicionada a entrada de recursos financeiros, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2018. Assim para cumprir com as obrigações de fornecimento previstas no contrato enquanto não entrar em operação comercial, a Renova Comercializadora compra energia no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo de R\$47.836, possui prejuízos acumulados de R\$50.636, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$20.985 (2016, R\$46.732) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos de construção do parque eólico.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção do parque e ii) durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para *impairment* de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$37.464 (nota 3).

Para reverter esse cenário, durante o exercício de 2017, a controladora Renova Energia executou diversas ações, dentre elas a captação de recursos para pagamento de fornecedor via venda de determinados ativos e está elaborando um Novo Plano de Reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os compromissos da Renova Energia e suas controladas, o que inclui a Companhia.

### 1.1. Das autorizações e comercialização de energia

A Companhia possui autorização e contratos no mercado livre que totalizam 21,60 MWh(\*) de capacidade instalada, conforme quadro abaixo:

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5124	01/04/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5128	01/04/2015	30 anos	13,50 MW

(\*) Informação não examinadas pelos auditores independentes.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

## 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 05 de outubro de 2018.

## 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

#### b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A

Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017:

- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Financiamentos (nota 5).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

#### 2.3.2. Ativo imobilizado

##### 2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

##### 2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

##### 2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

#### 2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

##### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

##### 2.4.1. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos

pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 32 – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 – Fluxo de Caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

#### CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração não trará impacto significativo nas suas operações.

## 3. IMOBILIZADO

	Saldos em 31/12/2015		Reclassificações entre rubricas(*)	Saldos em 31/12/2016		Reclassificações entre rubricas(*)	Saldos em 31/12/2017
	Adições			Adições		Baixas	
Imobilizado em curso							
Geração							
Terrenos	457	56	-	513	37	-	550
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.189	48	965	9.202	334	-	9.536
Torres de medição	6.604	-	(6.427)	177	-	-	177
A ratear	3.175	6.481	-	9.656	6.568	-	16.224
Aerogeradores	24.083	34.316	12.773	71.172	-	491 (237)	71.426
Equipamentos de subestação	5.959	1.124	543	7.626	-	1.261	8.887
Adiantamentos a fornecedores	15.885	-	(7.854)	8.031	19.406	(27.437)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-	(37.464)	-	(37.464)
Total do imobilizado	64.352	42.025	-	106.377	(11.119)	(25.685) (237)	69.336

(\*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque que serão unitizados antes de sua entrada em operação.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 37.464, a qual foi registrada no resultado do exercício.

A perda foi calculada substancialmente com base nas premissas financeiras e comerciais presentes na transação de venda, que estava sendo negociada pela controladora Renova Energia (vide nota 15).

## 4. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	14.766	44.068
Não circulante	1.558	1.242
Total	16.324	45.310

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais contratados para a construção do parque eólico e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

## 5. FINANCIAMENTOS

Custo da dívida	3,5% a.a.	31/12/2017				31/12/2016					
		Circulante		Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total		
		Encargos	Principal			Encargos	Principal				
Finop		19	2.048	2.067	10.104	12.171	22	1.998	2.020	12.152	14.172
Custo de captação da operação		-	-	-	(155)	(155)	-	-	-	(182)	(182)
TOTAL DE FINANCIAMENTOS		19	2.048	2.067	9.949	12.016	22	1.998	2.020	11.970	13.990



Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2017, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento: cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

#### 5.1 Movimentação:

	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.943	22	13.965
Encargos financeiros capitalizados	-	506	506
Encargos financeiros pagos	-	(506)	(506)
Apropriação dos custos de captação	25	-	25
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>13.968</u>	<u>22</u>	<u>13.990</u>
Encargos financeiros provisionados	-	459	459
Encargos financeiros pagos	-	(462)	(462)
Amortização de financiamento	(1.997)	-	(1.997)
Apropriação dos custos de captação	26	-	26
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>11.997</u>	<u>19</u>	<u>12.016</u>

## 6. PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Rateio de despesa <sup>(a)</sup>	82	558	(269)	(558)
Adiantamento para futuro aumento de capital <sup>(b)</sup>	4.224	21.534	-	-
Total	<u>4.306</u>	<u>22.092</u>	<u>(269)</u>	<u>(558)</u>

- a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Renova Energia na Companhia, o qual foi integralizado ao capital em 30 de abril de 2018.

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2017</u>
Outras contas a pagar	4.320

O total de R\$ 4.320, refere-se ao reconhecimento da penalidade aplicada pela ANEEL em função da solicitação de cancelamento das outorgas dos parques.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 83.256 (2016, R\$ 51) e está representado por 106.891.163 (2016, 51.130) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Aumento de capital

Em 08 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital na Companhia no valor de R\$106.840, destinados à conta de capital social, mediante a emissão de 106.840.033 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nesta mesma data, o montante de R\$55.557 foi integralizado com: (i) aporte de capital em moeda corrente pela acionista no montante de R\$ 10.952, (ii) capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 22.092; e (iii) créditos detidos pela acionista contra a Companhia em razão de ativo imobilizado transferido para a Companhia, no valor de R\$22.513. O saldo remanescente de R\$23.635 será integralizado por meio de crédito a ser detido, via cessão, pela Renova Energia contra a Alstom Energias Renováveis Ltda. em decorrência da futura redução de capital da parte relacionada Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A., controlada pela Renova Energia.

8.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(47.836)	(2.375)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>6.784</u>	<u>51</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(7,05)</u>	<u>(46,57)</u>

## 9. DESPESAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	282	47
Serviços de terceiros	174	98
Penalidades contratuais e regulatórias (nota 7)	4.320	-
Impostos e taxas	611	20
Outras	83	29
	<u>5.470</u>	<u>194</u>
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 3)	37.464	-
<u>Outras (receitas) despesas líquidas</u>		
Outras receitas	57	1
Total	<u>42.991</u>	<u>195</u>

## 10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	2.250	-
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 5)	(459)	-
Juros	(3.438)	(2.179)
Despesas bancárias	(6)	-
Fiança bancária para dívida (nota 5)	(3.172)	(1)
Outras despesas	(20)	-
Total das despesas financeiras	<u>(7.095)</u>	<u>(2.180)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.845)</u>	<u>(2.180)</u>

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados tributos diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(9.983)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(425)	(425)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(10.408)</u>	<u>(425)</u>

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, de empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas.

	Valor justo		Valor contábil	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11	4	11	4
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	14.766	44.068	14.766	44.068
Financiamentos	2.067	2.020	2.067	2.020
Partes relacionadas	82	558	82	558
Não circulante				
Fornecedores	1.558	1.242	1.558	1.242
Financiamentos	10.104	11.970	9.949	11.970
Partes relacionadas	4.224	21.534	4.224	21.534

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	11	4	-	4
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	14.766	14.766	-	44.068	44.068
Financiamentos	-	2.067	2.067	-	2.020	2.020
Partes relacionadas	-	82	82	-	558	558
Não circulante						
Fornecedores	-	1.558	1.558	-	1.242	1.242
Financiamentos	-	9.949	9.949	-	11.970	11.970
Partes relacionadas	-	4.224	4.224	-	21.534	21.534

## c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

## d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação conforme apresentado na nota 1.

## e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Dívida de financiamentos	12.016	13.990
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11)	(4)
Dívida líquida	12.005	13.986
Patrimônio líquido	32.620	24.899
Índice de alavancagem financeira - %	37%	56%

13. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 93.048	19/09/2014	31/01/2020

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2017 e de 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros capitalizados	5,1	-	506
Aumento de capital com ativo imobilizado pago pela sua Controladora	3,8	22.513	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores		680	24.769
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	8	22.092	-

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Negociação de venda da Companhia

Conforme divulgado no fato relevante de 17 de julho de 2018, a Companhia recebeu propostas não vinculantes para aquisição desse projeto de diversos investidores, que estão em processo de *due diligence*.

\* \* \*

Cristiano Corrêa de Barros  
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA